

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

PORTO ALEGRE: URBANIZAÇÃO, SUB-HABITAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS

Adriano Lima Troleis, Luis Alberto Basso
Boletim Gaúcho de Geografia, 37: 109 - 116, maio, 2011.

Versão online disponível em:
<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37365/24124>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 2011.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

PORTO ALEGRE: URBANIZAÇÃO, SUB-HABITAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS

Adriano Lima Troleis¹
Luis Alberto Basso²

Resumo

O presente artigo foi construído com o objetivo de caracterizar o processo de urbanização de Porto Alegre e suas consequências ambientais, a partir de 1900 até 2007, com ênfase para os problemas decorrentes do surgimento dos núcleos sub-habitacionais que passaram a ser monitorados a partir de 1950. Para isso, buscou-se identificar, os levantamentos socioeconômicos realizados pelo Departamento Municipal de Habitação, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Secretaria de Planejamento Municipal entre os anos de 1950 e 1998. Tais levantamentos fundamentaram-se na necessidade de atualizar os dados referentes aos núcleos sub-habitacionais, permitindo assim identificar as transformações da cidade, relacionadas à ocupação, de forma desordenada, na tentativa de estabelecer um diagnóstico evolutivo, além de identificar o atual momento de urbanização.

Palavras chave: Urbanização - sub-habitações - levantamentos socioeconômicos - problemas ambientais

PORTO ALEGRE: URBANIZATION, HABITATION WITH LOW CONDITIONS AND CONSEQUENCES ENVIRONMENTAL

Abstract

This paper is concerned about characterizing the urban process of Porto Alegre and its environmental consequences, since 1900 until 2007, emphasizing the problems due to the emergence of nucleus of habitation with low conditions that have started to be monitored since 1950. For this reason, we tried to identify socioeconomic surveys done by the Departamento Municipal de Habitação (Housing Department), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brazilian Institute of Geography and Statistics) and Secretaria de Planejamento Municipal (Municipal Planning Secretariat) between 1950 and 1998. These surveys were based on the necessity of data actualization related to the nucleus of habitation with low conditions, allowing the city changes associated to habitation in a disorderly way to be identified, in order to establish an evolved diagnosis. Besides, it also aims to identify the current moment of urbanization.

KEYWORDS: urbanization - habitation with low conditions - socioeconomic surveys - environmental problems

PORTO ALEGRE: URBANIZACIÓN, SUBHABITACIONES Y CONSECUENCIAS AMBIENTALES

Resumen

El presente artículo fue construido con el objetivo de caracterizar el proceso de urbanización de Porto Alegre y sus consecuencias ambientales, desde 1900 hasta 2007, con énfase para los problemas decorrentes del surgimiento de los núcleos-habitacionales que pasaran a ser monitorados a partir de 1950. Para eso, se buscó identificar, los levantamientos ocioeconómicos realizados por el Departamento Municipal de Habitación, Instituto Brasileiro de Geografía y Estadística y Secretaria de Planejamento Municipal entre los años de 1950 y 1998. Tales levantamientos se fundamentaran en la necesidad de actualizar los datos referentes a los núcleos subhabitacionales, permitiendo así identificar las transformaciones de la ciudad, relacionadas a la ocupación, de manera, desordenada, en la tentativa de establecer un diagnóstico evolutivo, además de identificar el actual momento de urbanización.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e atualmente professor concursado Adjunto I, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ Natal. Atua em dois lugares como docente na UFRN, no Departamento de Geografia e na Secretaria de Educação a Distância no Curso de Geografia (Licenciatura).

² Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do PPGEA (Programa de Pós Graduação em Geografia - UFRGS).

Palabras clave: Urbanización - subhabitaciones - levantamientos socioeconómicos - problemas ambientales

A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PELO HOMEM E A URBANIZAÇÃO

A cidade é um complexo fenômeno em contínuo processo de transformação no espaço e no tempo. Apresenta uma evolução espacial lenta delimitando e definindo no ambiente construído, espaços que são reconhecidos e vivenciados pelos seus habitantes; e uma evolução temporal cada vez mais rápida submetida a mudanças de ordem histórica e social. Esse espaço urbano é o local, por excelência, onde se manifestam as permanências, as rupturas, as continuidades e as relações do antigo com o novo. A síntese se dá a cada momento em relação a si e aos momentos anteriores da sua história. Depende dos valores da sociedade presente em cada momento de sua trajetória, a definição do que vai se constituir em patrimônio cultural compreendido como os elementos materiais e imateriais socialmente reconhecidos e que servem de referência ao seu desenvolvimento.

Nas últimas décadas as transformações realizadas pelo homem dentro da chamada Idade Contemporânea se caracterizam pelo predomínio da atividade industrial sobre as outras atividades econômicas. O início da industrialização, como principal atividade econômica e principal forma pela qual a sociedade se apropria da natureza e a transforma, marcou o processo de urbanização. Já o crescimento das cidades nos países periféricos não ocorreu em razão de um reflexo de uma industrialização e de um desenvolvimento tecnológico, pois o crescimento urbano não acompanhou o crescimento econômico, assim como ocorreu nos primeiros países capitalistas industriais (FUJIMOTO, 2001).

PORTO ALEGRE E A EVOLUÇÃO DAS SUB-HABITAÇÕES

Nas últimas décadas, a questão da moradia tem obedecido à lógica capitalista e globalizada. Segundo Brasil (2000, p. 74), através das políticas neoliberais, uma das responsáveis pela atual situação de crise e de miséria no mundo, estão constatados dois fenômenos sociais marcantes, que se consolidam na realidade brasileira e portoalegrense atual:

[...] a exclusão estrutural e o aumento das distâncias entre os diversos segmentos populacionais”, produzindo-se o “[...] aumento das distâncias sociais entre integrados e excluídos.

Segundo Moraes (2000), a questão da moradia e da estrutura urbana das cidades obedece a uma lógica excludente, resultado de ações públicas e privadas de um sistema concentrador de renda.

A preocupação com a transformação da cidade de Porto Alegre data de 1914, com o “Plano Geral dos Melhoramentos”, de João Moreira Maciel. A partir dessa década, os planos e as realizações da cidade passaram por um desenvolvimento de urbanização voltado para a construção de melhorias no sistema viário da cidade, no alargamento de ruas, na ampliação de suas extensões, na sua pavimentação e iluminação.

A tabela 1 mostra uma comparação do crescimento da população de Porto Alegre em relação ao da população do Estado do Rio Grande do Sul, a partir de 1900, segundo dados do IBGE (2000, 2007).

Tabela 1 - Evolução da população de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, a partir da década de 1900 até 2007.

Período	Pop. POA	% Crescimento	Pop. RS	% Crescimento
1900	73.000	-	1.149.000	-
1920	179.000	145,2%	2.182.000	89,9%
1940	272.000	52%	3.308.000	51,6%
1960	635.000	133,8%	5.366.000	62,2%
1970	885.000	39,4%	6.670.000	24,3%
1980	1.125.000	27,1%	7.778.000	16,6%
1990	1.247.625	10,9%	9.138.670	17,5%
2000	1.359.911	9,0%	10.181.749	11,5%
2007	1.421.106	4,5%	10.850.214	7,5%

Fonte: Adaptado de IBGE (2000; 2007)

Os dados da Tabela 1 indicam um aumento da população, de forma acelerada, de 1900 até 1960, onde a população do Rio Grande do Sul se multiplicou cinco vezes em 40 anos, caracterizando uma tendência de migração para o estado e um elevado grau de natalidade. Já em Porto Alegre, tal crescimento ocorreu de forma ainda mais acelerada, passando de 73 mil habitantes, em 1900, para 635 mil, em 1960. A partir da década de 1960 até o ano de 2007, houve uma redução gradativa do percentual de crescimento da população, tanto no Estado do Rio Grande do Sul como na cidade de Porto Alegre. É importante destacar que apesar disso, neste período, a população de Porto Alegre cresceu ainda 90,9%, reflexo da repulsão do campo na tentativa de melhoria de qualidade de vida na cidade.

Segundo estimativas do IBGE (2000), essa tendência de redução do aumento populacional deverá continuar nas próximas décadas.

O crescimento rápido e desordenado gerou, na cidade de Porto Alegre, o surgimento das primeiras áreas irregulares, sem infraestrutura básica para habitação, formando-se, assim, as primeiras malocas.

Segundo Moraes (2000), o primeiro estudo sobre as “malocas” de Porto Alegre foi publicado em 1951. Esse termo era de uso comum da população, órgãos governamentais e entidades de pesquisa da época, para se referir às áreas de ocupação irregular. Naquele período, coube à Unidade de Pesquisa Municipal de Habitação do DEMHAB realizar um estudo minucioso e, a partir de então, os levantamentos continuaram a ser feitos. Mais tarde, entre 1981 e 1989, a Secretaria de Planejamento Municipal (SPM) realizou um estudo sobre o número de vilas, sub-habitações, população existente e número de famílias e, em 1991, o IBGE realizou o censo socioeconômico dos aglomerados subnormais. Novamente, após esse período até 2007, o DEMHAB realizou dois censos de núcleos e vilas irregulares, em Porto Alegre, como pode ser visto no quadro 1.

O Quadro 1 destaca os levantamentos socioeconômicos, realizados entre 1950 e 2007, nos núcleos sub-habitacionais de Porto Alegre.

Quadro 1: Levantamentos socioeconômicos, realizados entre 1950 e 2007, nos núcleos sub-habitacionais de Porto Alegre.

ANO	Órgão	CARACTERIZAÇÃO
1950	DEM HAB	Levantamento econômico-social das malocas existentes em Porto Alegre
1964	DEM HAB	Levantamento socioeconômico nas vilas e agrupamentos marginais de Porto Alegre
1973	DEM HAB	Cadastro socioeconômico e diagnóstico evolutivo das sub-habitações, no município de Porto Alegre - RS.
1981/1989	SPM	Contagem do número de vilas, sub-habitações, população existente e número de famílias.
1991	IBGE	Censo socioeconômico dos aglomerados subnormais.
1996/1998	DEM HAB	Censo de núcleos e vilas irregulares de Porto Alegre.
2006/2007	DEM HAB	Censo de núcleos e vilas irregulares de Porto Alegre.

A pesquisa foi realizada em 1950, pela Secretaria de Educação e Cultura, do município de Porto Alegre, juntamente com a Escola de Serviço Social da Universidade Católica, que colocou à disposição da Comissão suas assistentes sociais, para realizarem o levantamento econômico-social das malocas existentes em Porto Alegre.

Segundo Anton (1999, p. 09), na pesquisa de 1950, encontra-se o seguinte relato das primeiras malocas:

[...] sobram pela grande extensão da capital, muitos terrenos baldios e começaram a aparecer nesses, pequenos casebres, construídos do dia para

noite, sem licença de qualquer espécie, sem forma e arruamento”. Com o passar dos anos, “[...] houve um surto repentino dessas construções e surgiram, de repente, as chamadas vilas de malocas.

O mesmo autor explica que a “maloca” era conceitualmente entendida, na época, como o pequeno casebre, geralmente feito de tábuas velhas. Essas construções foram caracterizadas como “[...] um “quisto social”, uma situação anômala, uma vida marginal ao ambiente social de Porto Alegre, sendo urgente que os poderes públicos tomem medidas concretas para o extermínio das mesmas” (ANTON, 1999, p.10). A pesquisa de 1950 concluiu que, nos últimos anos, houve uma multiplicação assustadora dessas habitações, vindo a se tornar um grave problema social.

O segundo estudo foi realizado pelo Departamento Municipal da Casa Popular e pela prefeitura de Porto Alegre, em 1964, tendo sido feito o levantamento socioeconômico, nas vilas e agrupamentos marginais de Porto Alegre. Na análise do relatório de 1964, o termo usado para definir os moradores das malocas passou a ser “marginais”, que são os indivíduos que vivem em sub-habitações, constituindo aglomerados irregulares, sem planos urbanísticos, em terrenos baldios, e situando-se, principalmente, nos grandes centros urbanos.

Segundo Moraes (2000), o relatório de 1964 deixa claro alguns aspectos:

- que existia, na época, uma forte segregação social em relação aos moradores “das vilas chamadas marginais”;
- o esforço despendido, entre 1950 e 1964, no sentido de erradicar as malocas, não surtiu o efeito desejado, pois o percentual da população, nas malocas, passou de 4,1%, em 1950, para 8,92%, em 1964.

O terceiro foi realizado em 1973 pelo DEMHAB, quando foram contratados 120 estudantes, para a pesquisa de campo. A partir dos dados tabulados, foi elaborado o cadastro socioeconômico e o diagnóstico evolutivo das sub-habitações, no município de Porto Alegre - RS.

O cadastro socioeconômico e o diagnóstico evolutivo de 1973 introduzem algumas expressões novas, como: habitação de interesse social, submoradia e núcleos sub-habitacionais. O estudo de 1973 considera o problema social desses núcleos como uma questão nacional, sugerindo compartilhar tal questão com a União. Esse diagnóstico busca assegurar o equilíbrio social e a qualidade de vida das populações que vivem na miséria e em condições longe das ideais.

O quarto estudo foi realizado pela Secretaria de Planejamento Municipal (SPM), fornecendo dados do início e final da década de 1980, representados através da contagem do número de vilas, sub-habitações, população existente e número de famílias.

Segundo o relatório da SPM, nesse período, houve um aumento bastante expressivo no número de pessoas que passaram a morar nos núcleos sub-habitacionais. Esse dado comprova um grave problema social, vivido por Porto Alegre.

O quinto estudo elaborou o censo socioeconômico dos aglomerados subnormais de 1991, realizado pelo IBGE, tendo sido introduzida a categoria “aglomerados subnormais”. Estes aglomerados são explicados como um conjunto constituído por unidades habitacionais (barracos, casas...), ocupando ou tendo ocupado terrenos de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, carente, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.

Já o sexto levantamento ocorreu no período entre 1996 e 1998, pelo DEMHAB, e teve como objetivo atualizar os dados do Censo de núcleos e vilas irregulares de Porto Alegre. Os dados revelaram um aumento significativo da população que vive nos núcleos e unidades sub-habitacionais, caracterizando um quadro de aumento da pobreza, forte desigualdade social e de ineficácia das políticas públicas.

O sétimo censo de núcleos e vilas irregulares de Porto Alegre foi definido, através dos últimos levantamentos realizados pelo DEMHAB e pela contagem da população por município, feita pelo IBGE, nos anos de 2006 e 2007.

Segundo Moraes, o resultado do último censo de núcleos e vilas irregulares de Porto Alegre, comparado com o anterior, revelou uma acentuada retração das migrações, nos últimos anos, “[...]”

decorrente da auto-reprodução da miséria, da baixa qualidade de vida e da falta de oportunidade de emprego” (MORAES, 2007, p. 29).

Anton (1999) afirma que o significativo aumento de moradores na cidade deve ser atribuído à fase de transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana e às demandas gerais decorrentes, como emprego, saúde, habitação, infra-estrutura urbana e serviços.

Esses levantamentos fundamentaram-se na necessidade de atualizar os dados referentes aos núcleos sub-habitacionais, da cidade de Porto Alegre, na tentativa de estabelecer um diagnóstico evolutivo das sub-habitações. São importantes, para uma elaboração posterior de projetos habitacionais adequados, a cargo do DEMHAB, previstos no Plano Diretor, como: estudo de aquisição de áreas para moradias definitivas; loteamentos semi-urbanizados; deslocamento das submoradias, situadas em áreas necessárias a obras públicas de saneamento e urbanismo.

O crescimento da população dos núcleos sub-habitacionais, da cidade de Porto Alegre, está descrito, em síntese, na Tabela 2.

Tabela 2 - Evolução da população dos núcleos sub-habitacionais de Porto Alegre, com quantidade de núcleos, unidades sub-habitacionais, famílias e habitantes, de acordo com os levantamentos de 1950 a 2007.

ANO	População total POA	Núcleos sub-habitacionais	Unidades sub-habitacionais	Famílias	Habitantes	População total (%)
1950	394.000	41	3.965	4.636	16.303	4,1
1964	735.000	56	13.588	15.326	65.595	8,92
1973	895.000	124	20.152	22.336	105.833	11,7
1981	1.135.524	145	26.093	28.702	129.200	11,3
1989	1.225.447	212	46.734	51.407	209.711	17,11
1998	1.329.472	422	75.370	82.907	293.946	22,11
2007	1.420.667	479	85.168	93.684	332.158	23,38

Fonte: Elaborado a partir de IBGE (2001), SPM (1989), DEMHAB (2007).

A análise dos dados, apresentados na Tabela 2, permite concluir que houve um aumento significativo do número dos núcleos sub-habitacionais, na cidade de Porto Alegre, o que reflete uma situação indesejável de pobreza e desigualdade social, cada vez maior, ao longo das décadas.

Um dado importante de ser destacado é que a cidade de Porto Alegre teve um incremento de 124 para 479 núcleos sub-habitacionais, nos últimos 35 anos. Segundo estimativas do DEMHAB, essa situação de falta de moradia adequada, precárias condições sanitárias, falta de acesso à saúde e outras necessidades básicas tende a piorar, de forma gradativa, mesmo que sua evolução tenha crescimentos menores, nas próximas décadas.

Destaca-se, para fins de contagem, que o DEMHAB considera núcleo sub-habitacional, locais de irregularidade fundiária e sem infraestrutura adequada de moradia, a partir de 20 unidades sub-habitacionais.

O percentual da população de Porto Alegre, que morava em malocas, era de 4,1%, em 1950. Este índice dobrou para 8,92%, em 1964, sendo que, em 1973, o percentual já era de 11,7%, o que retrata um aumento significativo da pobreza e o aumento de núcleos sub-habitacionais.

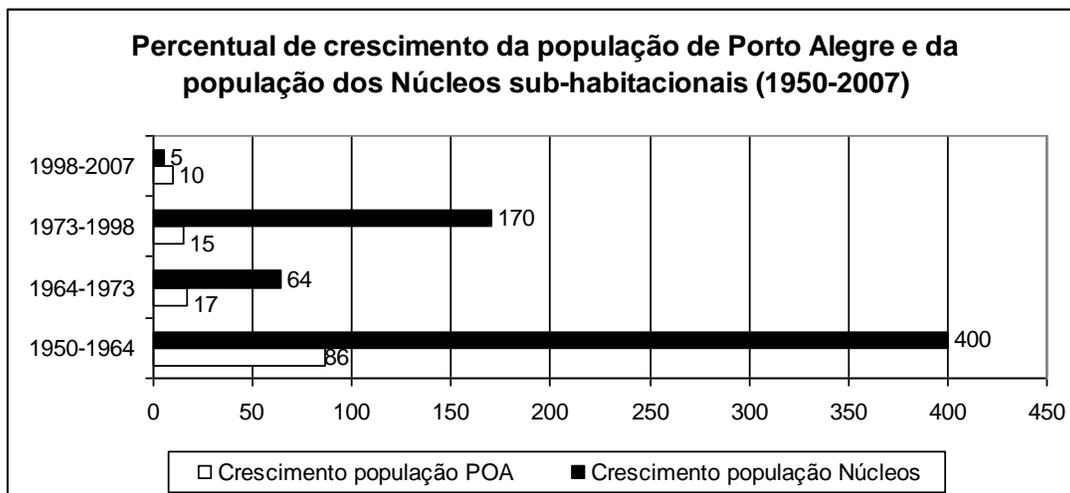
Segundo o censo (UPE/DEMHAB) 1996-1998, a contagem dos domicílios, em núcleos e vilas irregulares, em Porto Alegre, aumentou para 22,11% da população residente.

Os levantamentos populacionais realizados, em 1950, 1964, 1973, 1981, 1989, 1998 e 2007, possibilitaram mapear, além do desenvolvimento dos núcleos, a transformação da população de Porto Alegre, em comparação à evolução da população dos núcleos sub-habitacionais, nesse mesmo período de análise. É o que mostra o Gráfico 1.

A partir da análise do Gráfico 1, pode-se definir quatro momentos bem distintos, em relação ao desenvolvimento da cidade de Porto Alegre, comparado ao dos núcleos:

- 1950 - 1964: houve um aumento significativo das populações de ambas variáveis, destacando o crescimento descontrolado da população dos núcleos sub-habitacionais;
- 1964 - 1973: houve um crescimento ainda acentuado de ambas populações, mas de forma mais moderada, se comparada com o período anterior. Cabe destacar que o crescimento da população dos núcleos sub-habitacionais apresentou valores bem superiores que o da população de Porto Alegre;
- 1973 - 1998: houve uma estabilização do crescimento da população de Porto Alegre, se comparada com o período anterior, mas ocorreu um crescimento muito elevado, novamente, da população dos núcleos;
- 1998 - 2007: novamente houve um crescimento estável da população de Porto Alegre e um crescimento baixo, de 5%, da população dos núcleos sub-habitacionais.

Gráfico 1: Percentual de crescimento da população de Porto Alegre e da população dos núcleos sub-habitacionais (1950-2007).



Fonte: Elaborado a partir de DEMHAB (2007).

Segundo classificação do DEMHAB (2006), a cidade de Porto Alegre se divide em duas categorias de habitantes: regulares e irregulares. Os habitantes irregulares compõem-se de dois segmentos básicos. Um é constituído por núcleos e vilas irregulares, e o outro, formado pelos loteamentos irregulares.

O segmento dos núcleos e das vilas irregulares é formado por moradias, em área pública ou privada, com problemas de irregularidade fundiária, e com um grau variado de deficiência de infraestrutura urbana e serviços. Já o segmento formado pelos loteamentos irregulares é assim denominado, porque os loteadores, ao implantarem os projetos, infringem regras estabelecidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) ou desconsideram quaisquer procedimentos legais.

CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS

As mudanças e suas consequências ambientais, no contexto urbano, são resultados da forma de apropriação da natureza, pela sociedade, através do tipo de uso e ocupação da terra. Segundo Fujimoto (2001, p. 57) “[...] os registros históricos, que revelam a evolução da cobertura vegetal e uso da terra, são expressões das relações socioeconômicas do território e suas alterações, podendo indicar um retrato das condições e sua qualidade ambiental”.

Essa qualidade ambiental pode ser explicada pelo avanço industrial e de serviços, ligado ao desenvolvimento das cidades, que não acompanha o crescimento do processo de suburbanização, ou seja, a expansão das áreas de periferias é muito mais rápida e, com ela, surgem os problemas ambientais. É importante destacar que as cidades, através de suas políticas públicas, podem amenizar ou até resolver as questões ambientais, relacionadas à gestão do espaço urbano, desde que este seja transformado, de forma planejada, e que haja interesses, tanto do poder público como do privado.

Nesse sentido, a urbanização apresenta-se como um desafio, para muitos pesquisadores, pois a concentração humana e as atividades a ela relacionadas provocam uma ruptura do funcionamento do ambiente. Para melhor avaliar a qualidade ambiental urbana e controlar suas degradações, é preciso que se compreendam suas dinâmicas de funcionamento. Isso é necessário, para que, a partir desta compreensão, sejam identificados os principais problemas urbanos, de tal forma que possam ser tomadas decisões, a fim de saná-los.

Para Frank (2000), as principais consequências diretas da urbanização são as poluições: atmosférica, hídrica, dos solos, sonora, visual e psicossocial. Autores como Marques (1993) e Sperling (1997) apontam o crescimento da população e sua concentração, no meio urbano, juntamente com a intensificação das atividades industriais e agrícolas, como principais causas da degradação dos solos e dos recursos hídricos, nestas últimas décadas.

Segundo Rodrigues (1998), um dos maiores problemas urbanos modernos é, sem dúvida, a geração crescente de resíduos sólidos, seu tratamento e destinação final. Entre os vários tipos de resíduos sólidos urbanos, destacam-se os industriais, os sólidos domiciliares, os da construção civil, os de serviço de saúde e os rejeitos de tratamento de água e de esgoto.

No caso específico de Porto Alegre os levantamentos socioeconômicos revelaram que a maioria das unidades sub-habitacionais apresentou, no que diz respeito à ocupação, inúmeras irregularidades, que contrariam o planejamento urbanístico, tendo destaque para:

- a pesquisa realizada pelo DEMHAB, revelou que o acesso às redes de água e energia elétrica é feito, quase exclusivamente, através de ligações clandestinas;
- a coleta de lixo geralmente não é realizada de forma eficaz, aglomerando-se lixo no entorno dessas áreas, sendo foco de poluição;
- a rede de esgoto é inexistente; portanto, os dejetos orgânicos são todos lançados no arroio da Areia, causando sua poluição;
- os inúmeros domicílios encontrados sem acesso à água potável;
- a maioria das unidades encontram-se localizadas em áreas de risco, e sofrem frequentes inundações; portanto suas condições são impróprias para moradia.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES

As migrações e o inchaço da cidade de Porto Alegre gerou sérios problemas, como a sua falta de estrutura, no que diz respeito à moradia, às oportunidades de empregos e às condições para a destinação adequada da enorme quantidade de lixo gerado. A falta de habitação resultou no surgimento de vilas, nas franjas das cidades; a falta de emprego colocou milhares de pessoas na linha de pobreza; e o problema do lixo foi enfrentado com a implantação dos grandes lixões, que contribuíram para a degradação de diversos recursos naturais como o solo e os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, gerando assim muitas áreas irregulares sujeitas a riscos ambientais e a riscos à saúde das pessoas que ali vivem.

Observa-se a necessidade de os órgãos de fiscalização impedirem que áreas como essas continuem a existir. Por outro lado, há uma necessidade de mudança, nas relações de produção e consumo, que devem estar associadas a mudanças culturais.

REFERÊNCIAS

- ANTON, F. J.; MORAES, A. de O. Mapa da Irregularidade fundiária de Porto Alegre: Demhab, 1999. 150p.
- BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da cidade. Brasília: Senado Federal, 2001.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. **Cidades Sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 Brasileira**. Brasília, 2000a.
- DEM HAB. **Levantamento socioeconômico da Vila Dique e Nazaré**. Superintendência de Ação Social e Cooperativismo. Unidade de Pesquisa Socioeconômica do DEMHAB, 2006. Doc. Interno.
- FRANK, M. W. **Análise Geográfica para a implantação do parque Municipal de Niterói, Canoas, RS 2003**. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; BASSO, L. A.; VERDUM, R. **Ambiente e lugar no urbano: a grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 67-93.
- FUJIMOTO, N. S. V. Moura. **Análise ambiental urbana na área metropolitana de Porto Alegre/RS: sub bacia hidrográfica do Arroio Dilúvio**. 2001. 236 f. Tese [Doutorado em Geografia] - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- _____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Contagem da população. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 nov. 2007.
- _____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Pesquisa Nacional por amostra de domicílios - PNAD e Censo Demográfico 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2008
- MARQUES, Patrícia de Pádua. Programa de qualidade das águas. **A água em Revista**, v. 1, n. 1, p. 35-41, nov. 1993.
- MORAES, Aldovan de Oliveira. **Da irregularidade fundiária de Porto Alegre**. Porto Alegre: DEMHAB, 2000.
- _____. **Duas ou três coisas a respeito de regularização fundiária**. 2. ed. Porto Alegre: DEMHAB, 2007.
- PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. PDDUA: Lei Complementar 434/99. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, Secretaria do Planejamento Municipal, 2000.
- RODRIGUES, A. M. **Produção e consumo do e no espaço: problemática urbana**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SPERLING, Eduardo Von. Qualidade da água. In: PRUSKI, F. F.; SILVA, D. D. **Recursos hídricos e desenvolvimento sustentável da agricultura**. Brasília: MMA/SRH/ABEAS, Viçosa/MG; UFV, Depto. Engenharia Agrícola, 1997. p. 89-113.